

Título do Projeto	Transição de mandato em Mato Grosso do Sul	Situação	Executando
Tipo do Projeto	Fortalecer o combate a corrupção e à improbidade administrativa	Categoria	Projetos
Patrocinador(a)	Fernando Martins Zaupa	Departamento	Promotorias
Gestor(a) do Projeto	Daniel Fernando Tiburcio	Ano Fiscal	2020
Início	08/12/2020	Término Estimado	31/03/2021

Descrição

A Constituição Federal, em seu art. 127, aponta que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Nesta senda, a atuação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul de fomentar e acompanhar a transição de governo dos gestores municipais, em forma preventiva, visa a salvaguardar a ordem jurídica via cumprimento das normas e compromissos contratuais assumidos, o sistema democrático de escolha promovida pela população e os interesses sociais e individuais indisponíveis consubstanciados na preservação e manutenção das atividades e serviços essenciais à população. O acompanhamento da criação das comissões de transição, inclusive com interlocução de membros do Ministério Público (por meio de reuniões e recomendações), bem como fiscalização dos principais atos e negócios jurídicos que permeiam as relações do município com seus munícipes, outros poderes, órgãos, instituições, particulares e autoridades, propiciam maior tranquilidade, segurança e continuidade do funcionamento da máquina pública. Isso porque há diversos registros de transições de mandato em eleições passadas, em variados municípios de Mato Grosso do Sul, com ocorrências de tumultos, sonegação de dados e informações, destruição de documentos e programas informáticos, cessação de pagamentos de salários e de fornecedores de bens e serviços, entre outros, com travamento do funcionamento do poder público, gerando imensuráveis prejuízos à população, mormente por interrupção dos chamados serviços essenciais (saúde, educação, saneamento básico, etc). Ademais, o Ministério Público, por meio de Procedimentos Administrativos, obterá cópia dos principais documentos que formam a base de funcionamento do município, de modo a também custodiar tais informações em caso de perecimento, extravio ou mesmo destruição. Preservam-se, assim, com essa atuação proativa do Ministério Público, compromissos, contratos, pagamentos (inclusive da folha salarial de servidores), fornecimento de bens e serviços. Ademais, possibilita aos futuros gestores conhecimento prévio do atual funcionamento e situação em que se encontra o município, podendo, então, planejar com maior eficiência os atos iniciais de sua gestão, inclusive para também se articular com os futuros representantes do Poder Legislativo, bem como outros órgãos e instituições.

Justificativas

A Constituição Federal, em seu art. 127, aponta que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Nesta senda, a atuação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul de fomentar e acompanhar a transição de governo dos gestores municipais, em forma preventiva, visa a salvaguardar a ordem jurídica via cumprimento das normas e compromissos contratuais assumidos, o sistema democrático de escolha promovida pela população e os

interesses sociais e individuais indisponíveis consubstanciados na preservação e manutenção das atividades e serviços essenciais à população. O acompanhamento da criação das comissões de transição, inclusive com interlocução de membros do Ministério Público (por meio de reuniões e recomendações), bem como fiscalização dos principais atos e negócios jurídicos que permeiam as relações do município com seus munícipes, outros poderes, órgãos, instituições, particulares e autoridades, propiciam maior tranquilidade, segurança e continuidade do funcionamento da máquina pública. Isso porque há diversos registros de transições de mandato em eleições passadas, em variados municípios de Mato Grosso do Sul, com ocorrências de tumultos, sonegação de dados e informações, destruição de documentos e programas informáticos, cessação de pagamentos de salários e de fornecedores de bens e serviços, entre outros, com travamento do funcionamento do poder público, gerando imensuráveis prejuízos à população, mormente por interrupção dos chamados serviços essenciais (saúde, educação, saneamento básico, etc). Ademais, o Ministério Público, por meio de Procedimentos Administrativos, obterá cópia dos principais documentos que formam a base de funcionamento do município, de modo a também custodiar tais informações em caso de perecimento, extravio ou mesmo destruição. Preservam-se, assim, com essa atuação proativa do Ministério Público, compromissos, contratos, pagamentos (inclusive da folha salarial de servidores), fornecimento de bens e serviços. Ademais, possibilita aos futuros gestores conhecimento prévio do atual funcionamento e situação em que se encontra o município, podendo, então, planejar com maior eficiência os atos iniciais de sua gestão, inclusive para também se articular com os futuros representantes do Poder Legislativo, bem como outros órgãos e instituições.

Objetivos

O projeto “Transição de Mandato em Mato Grosso do Sul” tem por objetivo fomentar, auxiliar e fiscalizar, por intermédio da atuação preventiva do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a realização de procedimentos harmônicos, democráticos e republicanos, durante a transição de mandato entre os atuais gestores municipais (prefeitos e prefeitas) e os candidatos eleitos nas eleições de 2020. Além da questão legal (Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, art. 18-A e leis orgânicas municipais), a constituição de uma comissão de transição de governo é fundamental para que não haja interrupção de funcionamento da máquina pública, mormente das atividades consideradas essenciais à população. Preservam-se compromissos, contratos, pagamentos (inclusive da folha salarial de servidores), fornecimento de bens e serviços. Ademais, possibilita aos futuros gestores conhecimento prévio do funcionamento e situação em que se encontra o município, possibilitando ao eleito já planejar com maior tempo e eficiência os atos iniciais de sua gestão. Por fim, evita-se também eventuais extravios de informações, dados e outras situações que mudanças de comando e gestão por vezes ocasionam.

Área de Abrangência

Municípios de Mato Grosso do Sul em que novos gestores foram eleitos: 37 municípios.

Órgãos Envolvidos

Parceiros Diretos: Prefeituras Municipais.

Parceiros Indiretos: Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

Público Alvo

Público direto: são os atuais e futuros gestores municipais (prefeitos e prefeitas), bem como os demais

agentes que irão compor as comissões de transição de governo.

Público indireto: são os munícipes, os quais terão tranquilidade quanto à manutenção dos serviços essenciais e escoreito funcionamento da máquina pública.

Alinhamento Estratégico

Objetivo Estratégico MPMS: Fortalecer o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Objetivo Estratégico PEN-MP: Contribuir para o aperfeiçoamento do regime democrático

Programa PEN: Improbidade administrativa e corrupção

Partes Interessadas

ID	Nome da Parte	Papel
1	Fernando Martins Zaupa	Patrocinador
2	Daniel Fernando Tiburcio	Gerente do Projeto
3	Jean Haeffner Machado	Time do Projeto

Descrição do Trabalho

Descrição:

O projeto estará coordenado pelo Núcleo do Patrimônio Público e Social, pertencente ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral, com ampla divulgação nos meios de comunicação; confecção de material de estudo e atuação para disponibilização aos Promotores de Justiça; fomento à criação das comissões de transição de governo; interlocução e acompanhamento.

Desenvolvimento:

1. Carta de Projeto;
2. Registro de Procedimento de Gestão Administrativa no sistema SAJ/MP do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, para melhor operacionalização do projeto;
3. Elaboração de roteiro de atuação para os membros do Ministério Público;
4. Elaboração e encaminhamento aos membros do Ministério Público de peças jurídicas e materiais de estudo, para acompanhamento e atuação (Portaria de Procedimento Administrativo; Recomendação, Ata de Reunião; Cartilhas; Notas Técnicas, entre outros);
5. Criação de material de divulgação interna (membros) e externa (gestores atuais e futuros; público em geral);
6. Acompanhamento das eleições municipais (2020) e planilha dos resultados, para definição dos municípios com escolha de novos gestores;
7. Divulgação de material publicitário sobre a Transição de Mandato;
8. Reunião com outros órgãos e entidades para melhor divulgação do dever-direito da Transição de Mandato;
9. Acompanhamento da atuação dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul frente à Transição de Mandato, com o devido apoio;
10. Elaboração e atualização de tabela para fins estatísticos e melhor acompanhamento do projeto pelo Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações;
11. Diagnóstico dos pontos positivos e negativos verificados nas transições, para aprimoramento da

atuação do Ministério Público em futuras atuações nesta temática;
12. Elaboração de relatório conclusivo ao final dos atos de execução;
13. Conclusão.

Recursos Necessários

Não há recursos externos e outros que não sejam os decorrentes das atividades inerentes aos órgãos envolvidos.

Premissas e Restrições

FATORES INTERNOS

PONTOS FORTES: Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça e Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral. Excelente estrutura física e humana das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público para realização do projeto. Existência de instrumentos jurídicos para atuação. Credibilidade do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PONTOS FRACOS: Existência de algumas comarcas em Mato Grosso do Sul sem lotação de Promotor de Justiça, o que pode ensejar maior esforço de membros que estão em cumulação de atribuições. Contudo, haverá para esses casos o devido apoio do Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações.

FATORES EXTERNOS

OPORTUNIDADES: Estreitamento institucional, com a proximidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e os gestores municipais atuais e futuros. Demonstração da importância da atuação do Ministério Público à população.

AMEAÇAS: Eventual descumprimento do dever de criar a comissão de transição e possíveis intercorrências com a transparência de informações e documentos.